

Habitação de Interesse Social: a prática de docência interdisciplinar

Filipe Ungaro Marino¹
Alvaro Pilares²
Raquel Cândido³
Gabriel Garcia⁴

Resumo

O direito à moradia, preconizado na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto das Cidades de 2001, não é respeitado em sua plenitude no Brasil. A produção de habitação para as camadas de mais baixa renda tem ganhado destaque dentro e fora do universo acadêmico, especialmente com o advento do Programa Minha Casa Minha Vida. Com base nesse panorama, esse artigo apresenta uma pesquisa do tipo descritiva-participante, no qual os autores apresentam a experiência docente e discente da inclusão do projeto de Habitação de Interesse Social (HIS) dentro da grade obrigatória de disciplinas de projeto do curso de Arquitetura e Urbanismo (AU) da UNIGRANRIO, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. O tema ganhou grande proeminência no debate nacional e sua inclusão obrigatória no curso de AU permitiu sua investigação dentro da universidade e a participação dos discentes em visitas à conjuntos e ocupações e no concurso anual de Projetos de HIS promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil. Foi averiguado que a experiência tem permitido a formação de futuros arquitetos e urbanistas mais conscientes da realidade social brasileira, além de aprofundar o debate acadêmico sobre o tema e dinamizar o ensino de HIS através da prática interdisciplinar relatada.

Palavras-chaves: Habitação de Interesse Social; Baixada Fluminense; Ensino de Arquitetura e Urbanismo.

Abstract

The right to housing, as advocated in the Brazilian Federal Constitution (1988) and in the Statute of Cities (2001) is not duly respected in Brazil. The production of housing for the lowest income groups of the population stood out in and outside the academic universe, especially with the advent of the Minha Casa Minha Vida Program. Based on this panorama, this paper presents a descriptive-participant research type, in which the authors presents their experience from the teacher and student perspective, from the inclusion of Social Housing Project (HIS) as a required course in the Architecture and Urbanism (AU) program of UNIGRANRIO, at the Baixada Fluminense - Rio de

¹ Docente da Unigranrio. E-mail: filipe.marino@unigranrio.edu.br

² Docente da Unigranrio

³ Arquiteta e urbanista da Secretaria de Conservação e Restauro da Prefeitura de Belford Roxo.

⁴ Estudante do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unigranrio

Janeiro State. The subject gained great prominence in the Brazilian national debate and this inclusion has allowed the research of this topic inside the university and the participation of the students in built housing, occupations and in the annual contest of HIS Projects promoted by the Institute of the Architects of Brazil. It was found that this experience has allowed the training of future architects and planners more aware of the Brazilian social reality, in addition to deepening the academic debate on the subject and create a new dynamic for the teaching of HIS through the interdisciplinary practice reported.

Keywords: Social Housing; Baixada Fluminense; Architecture and Urbanism Teaching.

Introdução

Nas últimas duas décadas, há uma crescente demanda por projetos de habitação social no Brasil, fruto das políticas de expansão da Habitação de Interesse Social (HIS), especialmente a partir de 2009, com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O direito à habitação é um direito garantido pela Constituição Federal brasileira desde 1988 e reforçado com o advento do Estatuto das Cidades em 2001, que estabeleceu o direito à moradia a ser respeitado em sua plenitude.

Com base nesse panorama e na importância da discussão do papel do arquiteto e urbanista em tal processo, este artigo tem o objetivo de descrever a experiência da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) em lecionar a temática de HIS a partir de 2015, incorporada à grade obrigatória de disciplinas de Projeto no curso de Arquitetura e Urbanismo (AU), especialmente em relação ao seu viés colaborativo com outras disciplinas, com os discentes e também com o Instituto dos Arquitetos do Brasil.

A metodologia de composição deste artigo se deu através de uma pesquisa do tipo descritiva-participante, caracterizada pela interação dos autores com o objeto investigado. Na primeira parte do artigo, apresentamos de que modo o crescimento da demanda de HIS na sociedade brasileira influenciou na construção desse enfoque nas disciplinas de Projeto; na segunda parte, mostramos as referências do PMCMV, na modalidade Entidades, incorporadas no desenho da ementa; na terceira parte, relatamos a percepção dos autores quanto à experiência discente durante o lecionamento

das disciplinas; na quarta parte, elencamos alguns desafios futuros no ensino de HIS, seguida das considerações finais.

A gênese da disciplina de projeto de HIS na Unigranrio

A Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy” – UNIGRANRIO é uma instituição de ensino superior com sede no município de Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).⁵ Sua expansão tem acontecido em regiões com expressivo contingente populacional e elevada densidade demográfica. No total, são oito *campi* distribuídos na Baixada Fluminense, composta atualmente por 13 municípios. A cidade-sede, Duque de Caxias, é um dos mais representativos municípios tanto da RMRJ quanto do Brasil: detém a terceira maior população dentre as cidades que compõem a RMRJ (aproximadamente 850 mil pessoas) e o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do mesmo grupo.

O curso de AU da UNIGRANRIO busca formar profissionais no âmbito do projeto e planejamento de espaços (em micro e macroescala) que pensem a cidade e o impacto que uma intervenção arquitetônica, paisagística ou urbanística pode causar de modo atrelado à conservação e à valorização do patrimônio construído, à proteção do equilíbrio do ambiente nacional e à utilização racional dos recursos disponíveis⁶.

No ano de 2018, estão em operação currículos que foram sendo renovados e aprimorados desde a criação do curso em 2012. Já nas primeiras discussões didáticas, notou-se a necessidade de incorporar a proposta de projetos de HIS para a grade curricular obrigatória, visto que a universidade está localizada em um município onde, apesar do grande contingente populacional e PIB elevado, a provisão da moradia popular digna é praticada de forma incipiente e precária, carecendo, portanto, de um planejamento

⁵ Surgida em 1972 inicialmente como Instituto Superior de Estudos Sociais, passou a ser denominada pelo nome vigente através da Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 940, de 16 de junho de 1994. Desde então, oferece cerca de 45 cursos de graduação, pós-graduação, cinco programas de mestrado e três de doutorado.

⁶ O texto tem como base as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo em universidades brasileiras, disponível no site do Ministério da Educação: <www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 20 ago. 2018.

urbanístico adequado. Foi neste contexto como os docentes, os participantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e a coordenação tomaram a decisão estratégica de trabalhar com a referente temática diante da oportunidade de se pensar e estudar formas e possibilidades de planejamento urbanístico para a Baixada Fluminense *in loco*.

É importante destacar que são poucos os cursos de AU no Brasil que abordam o tema de projetos de HIS como prática obrigatória na sua grade curricular, o que torna singular o movimento liderado pelo curso de AU da UNIGRANRIO. A universidade se sustenta na premissa de que esta inovação é fundamental para a preparação de profissionais mais conscientes acerca da realidade nacional.

Assim, quando nos defrontamos com a crescente demanda de projetos de HIS no Brasil, saltam aos olhos duas questões fundamentais. A primeira refere-se ao direito à moradia, garantido tanto na Constituição de 1988 quanto no Estatuto das Cidades de 2001. A segunda, é que mesmo se tratando de um direito fundamental garantido por lei, basta uma rápida análise da realidade atual das cidades brasileiras para constatarmos que esse direito não é usufruído por grande parte da população, em especial a de menor renda.

A produção de moradia digna para essa população está em discussão há muito tempo dentro do universo dos arquitetos e urbanistas, tendo ganhado ainda mais destaque com o lançamento do PMCMV, em 2009, que se tornou o maior programa habitacional brasileiro da história:

Em março de 2009, com o objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos (SM), o governo anuncia o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Estabelecendo um patamar de subsídio direto, proporcional à renda das famílias, este Programa busca claramente impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção (ADAUTO; ARAGÃO, 2013, p. 35).

Lançado o programa, houve uma grande ampliação da oferta de moradias para as faixas mais baixas de renda, o que levou o conjunto de técnicos nacionais (dentre os quais os arquitetos) ligados à produção de moradia a incursionarem na produção de conjuntos habitacionais de grande porte visando a atender a esse mercado reprimido.

Por um lado, trata-se de um campo de estudo fundamental para aqueles que exercem seu ofício diretamente na modificação do ambiente construído das cidades. Por outro, levanta um questionamento: como nós, arquitetos e urbanistas, podemos contribuir na esfera do ensino de HIS para esse novo momento atravessado pela sociedade brasileira?

Pesquisar a HIS e sua prática do projeto arquitetônico num país tão desigual como o Brasil é, ao mesmo tempo, uma obrigação e um desafio. Martin Heidegger (1954, p. 10), em sua obra *Construir, morar, pensar*, define que “existir como ser humano significa morar”. Logo, os arquitetos e urbanistas tratam da existência de grande parte da população brasileira tanto no seu aspecto mais objetivo, que é o habitar um espaço digno, quanto subjetivo, que trata da participação dos sujeitos no universo urbano.

Desde os anos 1960, os programas de financiamento de HIS do Governo Federal – como o Banco Nacional de Habitação (BNH), por exemplo – têm conferido relevante projeção sobre o tema na pesquisa e na docência em AU. Neste contexto, a discussão sobre HIS atravessa as esferas econômica e política, incidindo tanto na crítica à qualidade arquitetônica e à localização destes projetos no espaço urbano, quanto na crítica às relações criadas e desfeitas com a produção de novos empreendimentos para moradia da população de baixa renda (BONDUKI, 1994).

Deste modo, para além da averiguação de como a produção habitacional no Brasil está sendo realizada, devemos nos perguntar como podemos formar arquitetos e urbanistas conscientes e capacitados a interferirem de forma positiva na produção de HIS nas cidades brasileiras. Isto representa um grande desafio para a formação dos alunos de AU em aprenderem a lidar com esferas factuais e simbólicas do objeto arquitetônico, que é a *casa* e o *morar*, respectivamente.

Tendo como fio condutor o entendimento do que significa o “direito à moradia”, a inclusão do ensino do projeto de HIS na grade obrigatória do curso de AU da UNIGRANRIO surgiu, então, como ferramenta para a conscientização e formação de profissionais capacitados a darem passos mais assertivos na construção de cidades mais democráticas. Daí a importância de

se observar de perto essas questões e, especialmente, a importância de como essa discussão vem sendo construída e lecionada pelo curso.

A influência do PMCMV entidades nas disciplinas de projeto em HIS

O PMCMV, na modalidade Entidades⁷, foi fundamental para referenciar e estruturar o conteúdo programático do último semestre de ensino de Projeto em HIS do curso de AU da UNIGRANRIO. Durante o mesmo semestre, são ofertadas três disciplinas práticas com o mesmo enfoque: Projeto Arquitetônico VI, Projeto Urbano II e Ateliê Integrado II – esta última engloba a discussão e prática das duas primeiras. Essas disciplinas estão pautadas por critérios tais como: a sistematização da moradia a partir da construção coletiva do morar; a concepção de diferentes tipologias habitacionais de acordo com os perfis de moradores pesquisados; a adoção de um partido técnico/construtivo que oriente toda a concepção e construção do projeto; e a composição paisagística do conjunto focando nos parâmetros de qualidade de vida e atendimento das carências identificadas no entorno.

Criado através da Medida Provisória nº 459, o PMCMV contou com alocação total inicial de R\$ 34 bilhões e tinha como agentes imobiliários o Estado, interessado nos ganhos políticos; as empresas, interessadas no lucro gerado; e as entidades, que buscavam “reduzir o custo da moradia maximizando sua qualidade” (MERCES, 2013, p. 191). O programa teve seu apogeu em 2013, sofrendo um grande esvaziamento financeiro a partir de então. Embora tenha alcançado sucesso em relação ao grande volume de habitações construídas, para Aduino Cardoso e Themis Aragão (2013) há diversos aspectos que malogram seu amplo êxito. Dentre eles, a falta de articulação com políticas urbanas, o problema de localização dos

⁷ A modalidade Entidades do PMCMV tem como objetivo “tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos. (...) é dirigido a famílias de renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00 e estimula o cooperativismo e a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais.” Informações obtidas em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/entidades/entidades.asp>. Acesso em 20 ago. 2018.

empreendimentos, geralmente distantes da centralidade do emprego e renda, e a baixa qualidade arquitetônica e construtiva das habitações.

Uma das principais referências estruturadoras de Projeto Arquitetônico VI foi a cartilha disponibilizada pela Caixa Econômica Federal para a elaboração de projetos dentro do PMCMV, na modalidade Entidades. A ementa abordou a concepção da HIS e suas implicações no território, desafiando os alunos a entenderem a complexidade e adversidades da prática projetual deste nicho. No segundo semestre de 2015, o primeiro da oferta da disciplina, os empreendimentos em concretização pelo PMCMV Entidades continuavam reverberando positivamente na disciplina de Projeto Arquitetônico VI. Mesmo diante desse esvaziamento financeiro que levou à sua decadência, o programa ainda dispunha de recursos e era tido como o segmento que permitia a elaboração de projetos mais bem desenvolvidos sob a ótica do morar para além da lógica financeira da produção habitacional.

Assim, a abordagem proposta pela UNIGRANRIO para HIS no final do curso de AU vem proporcionando um aprofundamento teórico e projetual maior sobre essa temática de forma a subsidiar aos alunos o ensino de ações propositivas de projetos de habitação que respondam de forma satisfatória à problemática urbana enfrentada no Brasil e, mais especificamente, na Baixada Fluminense.

Os trabalhos de Luciana Corrêa do Lago (2007) e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2015), no âmbito do Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ), são referenciais para o entendimento da posição periférica da Baixada Fluminense na estrutura socioespacial da RMRJ e de suas implicações e desigualdades territoriais decorrentes. Neste sentido, a necessidade de se pensar *in loco* as problemáticas urbanas e habitacionais da Baixada Fluminense também representa a oportunidade de os corpos docente e discente contribuírem com a comunidade da qual a UNIGRANRIO faz parte.

Ao manejar uma gama complexa de dados, a articulação das três disciplinas exige uma especificação de ementas resumidas aos seguintes eixos e competências:

Projeto Arquitetônico VI – Teoria e prática de projeto de arquitetura do ambiente construído de habitação popular. Produção habitacional de uso coletivo de interesse social, desenvolvido em nível de Projeto Pré-Executivo. Abordagem da produção habitacional de uso coletivo de interesse social levando em conta a eficiência técnico-construtiva e econômica no que diz respeito à racionalização dos sistemas estruturais e das instalações prediais.

Objetivos: Contribuir para o conhecimento da técnica de projeto de arquitetura e ampliar o referencial teórico sobre a questão habitacional de interesse social; contribuir para a identificação de processos metodológicos, técnicos, sociais e legais inerentes à habitação de interesse social; apreender as relações entre habitação e cidade; refletir criticamente acerca do projeto de habitação de interesse social; dimensionar o espaço arquitetônico considerando a sua eficiência econômica; aprofundar os instrumentos projetuais de Projeto Pré-Executivo.

Projeto Urbano II – Analisar os instrumentos urbanísticos a partir do Estatuto da Cidade; estudar a legislação própria dos temas urbanos (Plano Diretor); as políticas de regularização de assentamentos precários e sua urbanização; os sistemas de transporte, a mobilidade sustentável e a acessibilidade; a expansão urbana das grandes cidades; organizar o diagnóstico dos bairros Campos Elíseos e Jardim Primavera; entre outros

Objetivos: Organizar de forma crítica o sistema de espaços livres e áreas ocupadas. Elaboração de Projeto Urbano em diferentes escalas. Produzir o desenho urbano como estrutura comunicativa da análise e representação dos fenômenos espaciais em urbanismo. Responder de forma autônoma, e com embasamento social e histórico, às tomadas de decisões na vida profissional.

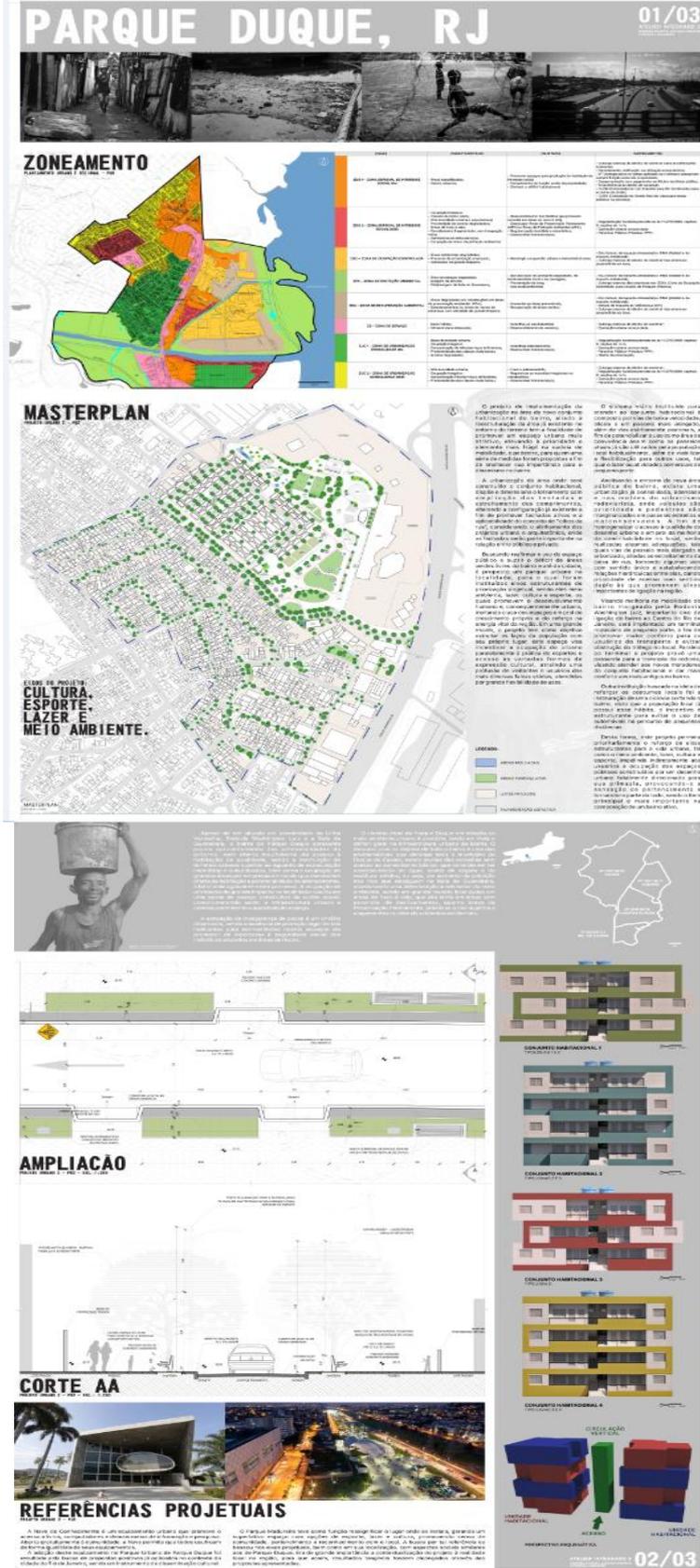
Além destas, o último semestre do curso de AU da UNIGRANRIO conta com outra disciplina importante, Infraestrutura Urbana, que subsidia o entendimento do aparato sociotécnico infraestrutural necessário para que grandes conjuntos habitacionais possam se instalar em diversos lugares da

metrópole, especialmente na cidade de Duque de Caxias, *locus* escolhido para a execução do projeto.

Assim, o Ateliê Integrado II se encarrega de juntar as competências de ambas as práticas propositivas reunidas em Projeto Arquitetônico VI e Projeto Urbano II em um único projeto integrador. Nessa disciplina, são discutidos textos de autores para a construção de um conceito e a escolha/adoção de um partido projetual e prática de uma narrativa coerente para a defesa e apresentação do projeto no fim do semestre. O resultado é exposto durante uma apresentação de 20 minutos para uma banca com convidados formados por arquitetos e urbanistas internos e externos à UNIGRANRIO, contribuindo com considerações e pareceres finais sobre a viabilidade e exequibilidade das propostas.

Essa banca dá ao aluno a oportunidade de concatenar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas que compõe o semestre e, também, de demonstrar suas habilidades em expor o problema enfrentado durante a concepção do conjunto, a análise do terreno e da região, a observação aos parâmetros urbanísticos, o conceito e o partido adotados, as soluções técnico-construtivas de projeto das unidades e da infraestrutura até a apresentação do objeto arquitetônico.

Figura 1. Projeto final de HIS integrado com projeto urbano em Parque Duque, Duque de Caxias, RJ



Créditos: Gabriel Garcia, Juliana Ignacio e Priscila Duarte, 2017 (discente – reprodução autorizada).

Ainda em Ateliê Integrado II, o exercício de concepção do projeto arquitetônico como ferramenta de análise crítica e reflexão questionadora e propositiva da realidade (KOWALTOWSKY; CELANI; MOREIRA *et al.*, 2006) toma como ponto de partida o entendimento da importância do *locus* na concepção da HIS. Adotou-se como objeto de análise um grande terreno no bairro do Parque Duque, em Duque de Caxias⁸, que condensa praticamente toda a problemática urbana que caracteriza o município. O terreno apresenta grande dimensão para uma gleba urbana (aproximadamente 130.000 m²), o que torna sua ocupação o primeiro desafio desse exercício. Essa primeira aproximação dos alunos com o terreno é realizada em uma primeira etapa investigativa, onde são analisadas as condições do terreno e seu entorno, trabalhadas conjuntamente na disciplina de Planejamento Urbano e Regional de forma mais aprofundada.

A segunda etapa se caracteriza pela seleção das referências projetuais e, também, pela escolha da metodologia a ser adotada no projeto de forma que a concepção do ambiente construído de habitação popular leve em conta a eficiência técnico-construtiva e econômica no que diz respeito à racionalização dos sistemas estruturais e das instalações prediais. Essa verificação se dá através de um instrumento fundamental no projeto de HIS que é o controle orçamentário limitado ao valor máximo de operação por unidade habitacional⁹, que permite a visualização dos custos envolvidos na construção das unidades habitacionais.

Em face da necessidade do controle dos custos para projetos de HIS, a disciplina foi concebida inicialmente mediante a apresentação do projeto executivo detalhado das unidades, fato modificado com a elaboração de um

⁸ O Parque Duque é um bairro localizado próximo à região central do município de Duque de Caxias. Configura-se como um bairro de média/baixa renda, com a presença de favelas e ocupações irregulares, bairros populares e de classe média, áreas de cunho comercial e industrial, além de ser cortado pela Rodovia Washington Luís, via expressa marcante no município e que o torna um ponto nodal de produção e distribuição industrial na RMRJ.

⁹ Esse valor é definido a partir dos valores vigentes para a produção de unidades habitacionais no Estado do Rio de Janeiro, sendo atualizados a cada semestre.

projeto básico completo. Isto permite a elaboração de um orçamento robusto e com pequena margem de erro, possibilitando também a ampliação do tempo dispendido para a elaboração de projetos mais arrojados e de escolhas mais apropriadas de partido técnico-estrutural a serem adotadas em todo o conjunto.

Ainda no escopo desse exercício, propomos a composição de um conjunto com no mínimo 300 unidades habitacionais, incluindo sugestão de espaços e equipamentos de uso comum, o que é complementado pelo projeto de PU2. Os projetos devem ser desenvolvidos buscando atender aos seguintes quesitos: conforto ambiental; acessibilidade e habitabilidade; atendimento aos aspectos legais vigentes para projetos de HIS; atendimento aos aspectos socioculturais das famílias atendidas e do bairro; racionalização dos espaços e da construção; utilização racional da água; eficiência energética; inovação tecnológica; avaliação de desempenho dos materiais adotados; e definição completa do processo construtivo.

Com base na observância no atendimento dos quesitos acima, é analisado o conjunto habitacional a partir de suas características tipológicas, da concepção paisagística e da criação de áreas comuns e de equipamentos coletivos, inserção morfológica com base no terreno e seu entorno, atendimento às normas e adoção de técnica e tecnologia compatíveis, adequação aos limites orçamentários, identidade e contexto de inserção do conjunto no município de Duque de Caxias.

A experiência da UNIGRANRIO ao longo de sete semestres consecutivos nesta empreitada tem demonstrado que o ensino de projeto de arquitetura através do projeto de HIS pode se tornar uma ferramenta efetiva de produção de conhecimento sobre a problemática urbana e a realidade socioeconômica da população brasileira. Desta forma, o aluno encerra o ciclo de disciplinas de ensino de projeto de arquitetura capacitado a contribuir significativamente para a prática de uma arquitetura mais inclusiva e adequada ao panorama de produção habitacional do Brasil e, conseqüentemente, para a mudança das condições de vida e moradia da população brasileira.

A percepção docente sobre a experiência dos alunos nas disciplinas de HIS

Incorporar a produção de HIS à ementa de disciplinas de Projeto reacendeu no corpo discente o debate sobre seguridade social, distribuição de recursos e a concentração de oferta de serviços públicos na cidade, anteriormente concentrados em disciplinas de história da arquitetura e do urbanismo e de teoria da habitação ofertadas ao longo dos primeiros semestres do curso. Além dos referenciais teóricos discutidos nessas disciplinas iniciais, a proposição da elaboração da ementa se alicerçou, também, fortemente na vivência dos alunos enquanto protagonistas do espaço, visto que a maioria reside na própria Baixada Fluminense.

Percebe-se que o estímulo a esse novo olhar ao tema proporcionou aos alunos o exercício do ideário até então utópico de sociedade inclusiva junto à proposta de distanciamento crítico ao preconizado modelo neoliberal estabelecido. No contexto social e econômico da Baixada Fluminense, compreender os mecanismos de produção do espaço urbano de Duque de Caxias, por exemplo, é de fundamental importância para a construção de ações propositivas que equacionem o direito à moradia digna e a diminuição das desigualdades sociais.

Cabe colocar que a experiência de se trabalhar de forma integrada com outras disciplinas de projeto despertou nos alunos um sentimento mais abrangente de realidade, apresentando-lhes antecipadamente dificuldades que certamente surgiriam dentro do campo prático profissional após a graduação. A disciplina de Projeto Arquitetônico VI estimulou o exercício às soluções criativas para produção de HIS e a integração de tais edificações com o entorno, atendendo às necessidades de tipologias variadas, o estímulo ao comércio local, a flexibilização dos espaços, a seguridade patrimonial e o aproveitamento dos recursos naturais ofertados. Podemos citar como exemplos o desenvolvimento de espaços internos passivos de reconfigurações visando à adequação das famílias de acordo com suas respectivas necessidades; a possibilidade de expansões planejadas garantindo a qualidade e identidade projetual; e o incentivo à formalização de atividades laborativas através de ambientes destinados a esse fim, como oficinas, ateliês, feiras e pequenos comércios.

Dentre os principais desafios desse exercício, podemos destacar a dificuldade de nos distanciarmos aos modelos habitacionais hegemônicos em virtude dos limitadores financeiros e da necessidade de atendermos a diferentes grupos familiares dentro de um programa restrito em termos de custo, espaço e oferta de mão de obra local para construção das unidades habitacionais.

Apesar de não ser obrigatório dentro do escopo de trabalho da disciplina de Projeto Urbano II, a promoção de áreas livres e verdes de lazer tornou-se um elemento importante frente à sua escassa oferta dentro do município. Logo, a disseminação de tais espaços foi um dos pilares para concepção projetual a fim de promover uma melhoria mais ampla da qualidade de vida da população local. O resgate da importância do valor social, da oferta de espaços que equacionem um habitar mais justo e do enaltecimento de uma parcela da população desfavorecida foram as bases para a compilação de dados para construção de um produto que atendesse às demandas requeridas e que, ao mesmo tempo, ofertasse o sentimento de pertencimento entre o morador e o lugar, aos moldes do que prega o filósofo Gaston Bachelard (1957, p. 12):

Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda acepção do termo. Vista intimamente, a mais humilde moradia não é bela? Os escritores da “casinha humilde” evocam com frequência esse elemento da poética do espaço.

As discussões sobre as disparidades sociais e o papel da arquitetura contemporânea no cenário atual permitiu a ampliação da importância da temática como instrumento de formação social e profissional para a intervenção na qual a arquitetura, aliada às plataformas de políticas públicas, é capaz de suprir. Entender o espaço periférico – a exemplo das favelas – em face de todas as suas singularidades e pluralidades foi uma importante força motriz ao corpo discente em conseguir acessar um espaço de aprendizagem “fora da bolha social” na qual muitos estudantes de classe média estão acostumados a viver, proporcionando-lhes a oportunidade de incorporarem um pensamento mais crítico, atual e socialmente responsável à sua visão de cidade.

Nesse sentido, o engajamento ao tema no âmbito da vivência, da experimentação e do diálogo é um elemento fundamental para o desenvolvimento de um projeto funcional e inclusivo por partes dos estudantes de AU. A interação com movimentos sociais de ocupação de territórios¹⁰ e comunidades situadas em aglomerados subnormais agregam valor à produção intelectual e projetual dos discentes, bem como promovem uma percepção mais ampla a respeito de privilégios, do lugar social que ocupam e do atendimento às necessidades básicas de habitabilidade que abrangem a salubridade, a segurança, o conforto ambiental e a acessibilidade para a concepção projetual.

A possibilidade do exercício prático correlacionado à elaboração de políticas públicas construídas através do diálogo, da resistência e organização por tais agentes têm resultado em um ganho de saber superior ao do conhecimento acadêmico oferecido em sala de aula. Neste sentido, o enaltecimento e a valorização dos diversos tipos de saberes constituídos através da vivência dos protagonistas desta luta, e sua importância como agentes do espaço e produtores de ideias, foi um ganho imensurável na experiência.

Desafios do ensino de HIS: mudanças recentes no PMCMV entidades e novos estímulos

Atualmente, um dos maiores desafios para as disciplinas de projeto focadas em HIS diz respeito ao grande esvaziamento do PMCMV e ao legado de grandes conjuntos de baixa qualidade construídos em glebas mal localizadas dentro do tecido urbano da RMRJ. A partir dessa constatação, um dos primeiros exercícios impostos aos alunos é que elaborem uma crítica profunda e verdadeira da experiência recente do PMCMV no Brasil e seus reflexos para as cidades, sobretudo para as da Baixada Fluminense, a partir do referencial teórico discutido.

¹⁰ Em especial o contato com o coletivo da ocupação de Solano Trindade, situada no bairro de São Bento, em Duque de Caxias, proporcionou aos estudantes um maior discernimento sobre inovação, seguridade social, trabalho e novos métodos de produção da cidade e do contexto urbano periférico.

Uma das modificações recentes que permitiu uma discussão mais ampla do tema foi a escolha do terreno a se estudar por parte dos próprios alunos. Ao terem a chance de escolherem por conta própria uma área que julgassem apropriada, os alunos passaram a olhar para Duque de Caxias com mais atenção quanto à sua posição de centralidade ocupada na Baixada Fluminense, à concentração do emprego e da renda e aos deslocamentos intrametropolitanos. Com isso, o tamanho da gleba, seu potencial construtivo, a taxa de ocupação e sua relação com os equipamentos existentes permitem uma abordagem mais sistêmica e abrangente no que tange a elaboração de um projeto complexo e completo para a população de baixa renda da segunda maior região metropolitana do país.

Por outro lado, outras oportunidades têm surgido e estimulado o desenvolvimento das disciplinas de Projeto em HIS. O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)-RJ¹¹, junto às Instituições de Ensino Superior (IES) deste estado, propõe anualmente a realização de um seminário e exposição de trabalhos selecionados da produção universitária sobre HIS. Intitulado EXPO HIS, o evento é integrado ao Congresso da União Internacional de Arquitetos (UIA) e será realizado no Rio de Janeiro em 2020.

O objetivo central deste seminário, e do qual a UNIGRANRIO participa desde sua criação em 2016, é atrair as novas gerações de arquitetos e urbanistas em prol de esforços necessários para uma inserção social mais ampla deste campo profissional no enfrentamento de um dos grandes desafios contemporâneos: a garantia do direito à cidade e da inclusão social de parcelas expressivas de nossa população. O seminário apresenta projetos de intervenção ou de urbanização de assentamentos precários, projetos de construção de conjuntos habitacionais e reabilitação de imóveis degradados em áreas centrais.

¹¹ Desde a sua criação em 1929, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), com sede em Brasília e com representação regional no Rio de Janeiro (IAB-RJ), tem pautado as atividades que contemplam a prática projetual arquitetônica visando ao direito à cidade e à moradia digna. Neste sentido, um grupo de arquitetos e urbanistas vinculados à academia carioca tem unido esforços para promover atividades em relação à prática projetual de HIS nas escolas de AU do estado do Rio de Janeiro.

Essa proposta se estrutura em torno da premissa de que a academia deve assumir maior responsabilidade sobre HIS, oferecendo à sociedade subsídios qualitativos ao debate. Para tanto, a reunião da produção acadêmica e a troca de conhecimento entre as instituições de ensino é condicionante para esse objetivo.

Considerações finais

A inclusão de práticas de projeto em HIS no currículo obrigatório do curso de AU da UNIGRANRIO introduziu, de forma inovadora, o curso e a universidade em um circuito regional de instituições que abordam esta temática de forma eletiva aos alunos. Isto vem permitindo que elas detenham uma participação social mais ativa, organizando e participando de eventos, ampliando a produção acadêmica de projetos de HIS e fazendo contato com a realidade periférica da RMRJ através de visitas e análises, onde se observa a sensibilização cada vez mais presente do corpo discente sobre a importância desse nicho de projeto.

Através de pesquisa do tipo descritiva-participante, onde os autores interagem com o objeto investigado – a disciplina de projeto de HIS – ficou notabilizado a formação profissionais de Arquitetura e Urbanismo mais conscientes e capacitados a trabalharem em prol de uma cidade mais democrática e equânime.

O artigo aponta que a experiência relatada demonstra que o ensino interdisciplinar do projeto de HIS pode se tornar uma ferramenta efetiva de produção de conhecimento sobre a problemática urbana e a realidade socioeconômica da população brasileira. Outro ponto abordado diz respeito à ação integrada entre as disciplinas de Projeto de Arquitetura, Projeto Urbano e Ateliê Integrado, que despertou nos alunos uma grande compreensão de realidade, antecipando a solução de dificuldades presentes na atuação profissional dos arquitetos e urbanistas.

É relatada a percepção positiva que os alunos têm sobre a inclusão do tema dentro da grade obrigatória, a partir da dificuldade do distanciamento aos

modelos habitacionais hegemônicos, o desafio de contemplar diferentes agrupamentos familiares dentro do programa restrito em termos de custo de HIS, da observância de áreas e mão de obra local para construção das unidades habitacionais e da constituição de um espaço de aprendizagem fora do que foi relatado como “bolha social” deles.

Nesse sentido, e frente às mudanças do PMCMV como norteador da disciplina, surgiu a elaboração da crítica das experiências recentes do programa e da inclusão de mais autonomia aos alunos na escolha das áreas de projeto e tamanho do programa a ser explorado.

Assim, constatou-se que a experiência da inclusão da temática da Habitação de Interesse Social dentro da grade obrigatória do curso de AU da UNIGRANRIO tem se mostrado uma rica experiência para os futuros arquitetos e urbanistas que virão a intervir nas áreas periféricas das regiões metropolitanas brasileiras, a exemplo de Duque de Caxias.

Referências

BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1989 [1957]

BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. *Revista Análise Social*, Quarta Série, Vol. 29, No. 127, p. 711-732, 1994.

CARDOSO, A.; ARAGÃO, T. “Do fim do BNH ao programa minha casa minha vida”. In: CARDOSO, A. L. (org.). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 17-66.

HEIDEGGER, M. *Construir, habitar, pensar* [Bauen, Wohnen, Denken]. In: SEGUNDA REUNIÃO DE DARMSTADT, 1954. Tradução de Marcia Schuback. Disponível em:
<www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf>. Acesso em 20 ago. 2017.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K.; CELANI, M. G. C.; MOREIRA, D. DE C. et al. Reflexão sobre Metodologias de Projeto Arquitetônico. *Revista ANTAC*, Ambiente Construído, v. 6, n. 2, p. 07 –19, 2006.

LAGO, L. Trabalho, moradia e (i)mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, nº 18, p. 275-293, 2007.

MERCÊS, S. “Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Belém: localização dos empreendimentos e seus determinantes”. In:

CARDOSO, A. L. (org.). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 187-204.

RIBEIRO, L. C. Q. (org.). *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.